

TEMPO HISTÓRICO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL RECENTE: REFLEXÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosaⁱ

RESUMO: O propósito deste artigo é refletir acerca das discussões que envolvem o conceito de tempo a partir das produções de Reis (2003) e Koselleck (2006), buscando a partir destas reflexões perceber a dinâmica do tempo nos discursos que permeiam os deslocamentos e trajetórias de pessoas no interior do Brasil no período posterior a entre os anos de 1975 e 2005. O marco inicial diz respeito ao grande investimento promovido pelo Governo Federal, que dinamizou as ocupações recentes no estado de Mato Grosso do Sul e o ano final do referido recorte tem relação com a crise da agricultura, sustentada no modelo amparado e financiado pelo Estado no pós 1970. Propomo-nos ainda, entender a produção discursiva que levou a criação do ideal de modernidade e progresso, conceitos que ganharam muita força nos processos de expansão da fronteira agrícola no Brasil, discutindo teoricamente a origem dos conceitos supramencionados bem como as práticas decorrentes da aplicação de tais conceitos, na organização das atividades produtivas e nas relações de trabalho no campo brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo; Produção Discursiva; Ocupação Recente; Relações de Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende trazer algumas discussões acerca da temática da relação entre a produção discursiva e a ocupação da Região Norte de Mato Grosso do Sul, pensando a partir da experiência do tempo histórico tão caro ao ofício do historiador.

O que nos propomos apresentar são resultados de um caminhar teórico metodológico que se justifica, neste momento da pesquisa realizada no Doutorado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, por um interesse em pensar a respeito dos discursos produzidos no momento da ocupação do extremo norte de Mato Grosso do Sul, o que permite perceber que os projetos de modernização que foram criados e veiculados na mídia como sendo o caminho para a melhoria conseguida por meio dos investimentos em desenvolvimento, não passavam de discursos carregados de intencionalidades e que historicamente foram colaborando na construção de um espaço onde se processavam relações díspares de acesso e permanência

nas propriedades rurais, configurando um quadro sócio cultural de desigualdades, observável na existência de pessoas que vivem em alojamentos precários durante a maior parte de suas vidas, nas quais a realidade do trabalho nas atividades agrícolas mostra que o progresso e seu decorrente, o desenvolvimento, ainda não lhes atingiu.

O objetivo é produzir um diálogo que permita entender como a produção discursiva culminou na criação de um ideal de modernidade e progresso, conceitos que ganharam muita força nos processos de ocupação territorial mais recentes no Brasil, especialmente no período posterior a 1970 e teorizar acerca da origem dos conceitos supramencionados bem como das práticas decorrentes da aplicação de tais conceitos na organização das atividades produtivas e nas relações de trabalho no campo brasileiro.

O diálogo com a produção bibliográfica acerca da temática do tempo foi uma escolha na busca de pensar a realidade brasileira, ou mais especificamente sul mato-grossense mediado pelo olhar da teoria histórica, especialmente dialogando com o conceito de tempo histórico cujo intuito foi possibilitar a compreensão de um movimento sazonal, iniciado no período supramencionado e que levou homens e mulheres a migrarem de suas regiões de origem em busca de trabalho temporário que lhes garantia uma vida com privações, mas não lhes tirava as esperanças de alcançarem o “eldorado”, é notório que os desejos e anseios de uma vida melhor, na concepção dos trabalhadores rurais, principalmente cortadores de cana, passam em parte pelo trabalho realizado, nesses espaços de ocupação recente, neste sentido a opção do Estado pela grande propriedade, afeta a vida de um número significativo de pessoas em períodos históricos diversos. Trata-se de um estudo que pensa três décadas da história de uma parte do Brasil, em que os discursos pouco foram alterados e a situação de precariedade em que vive um grande número de trabalhadores brasileiros, tendeu a piorar.

Perceber a dinâmica do tempo da fronteira que traduz a movimentação de pessoas pelo Brasil no período posterior a 1970 torna-se possível por meio do diálogo com estudiosos que se dedicaram a compreensão do tema, são esses diálogos que retomamos, de maneira a contribuir para a compreensão da constituição da fronteira Oeste brasileira, entendendo a dinâmica de ocupação territorial, sobretudo no período posterior a 1970, quando incentivos

governamentais e créditos subsidiados pelo Estado permitiram um deslocamento *sui generis* para estas áreas de ocupação recente.

TEMPO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL: A CONSTITUIÇÃO DO EXTREMO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL

Não sei por que essa gente vira a cara pro presente e esquece de aprender/Que felizmente ou infelizmente sempre o tempo vai correr.
Envelhecer - Arnaldo Antunes

No tocante as reflexões acerca do tempo Reis (2003), propõe um diálogo *sui generis* entre Ricoeur, Koselleck e os Annales, tratando da forma como se formula o tempo histórico, que na concepção do autor se traduziria em um terceiro tempo, considerando o primeiro tempo apreendido pelo ser humano como sendo o da física, que se refere aos movimentos naturais, a um tempo exterior, supralunar, imortal. O segundo tempo seria o da filosofia traduzida em mudanças vividas pela consciência, interior, sublunar, mortal, este seria o tempo da relação da alma consigo mesma. O tempo histórico seria o terceiro tempo traduzido pela relação entre natureza e consciência, entre o tempo físico e filosófico.

Para ajudar na compreensão deste terceiro tempo, Reis (2003) pensa a partir de duas perspectivas, a primeira fundamentada nas ideias de Ricoeur, cujas reflexões consideram os tempos, calendário, genealógico e arqueológico, para ele o historiador produz um terceiro tempo mediador entre o da natureza e da consciência. O calendário pode ser considerado a primeira ponte que a história lança entre a natureza e a consciência, a segunda ponte é a sucessão de gerações (REIS, 2003, p. 186), neste sentido, se o calendário é um conceito ponte – astronômico- histórico, a geração é um conceito ponte biológico – histórico. Para mediar esse diálogo e estabelecer o contato entre gerações o historiador precisa de uma terceira conexão entre o tempo da consciência e o natural, por isso recorre aos vestígios (REIS, 2003, p.188).

Importante contribuição ao estudo do tema foi dada por Koselleck ao propor, por exemplo, que o futuro passado diz respeito a um futuro que se presentificou em determinado momento, é possível utilizar-se de alguns exemplos que ajudam a compreender a temática, desta maneira, no tempo

européu, anterior ao tempo medieval a experiência, impunha-se ao horizonte de espera, a concepção de história, portanto seria a de mestre da vida. O tempo cristão (escatológico) entende o futuro como a interrupção do passado, a escatologia e a própria história da cristandade e se traduz em um movimento cíclico de eterno retorno.

O tempo moderno, cujos marcos para Koselleck são os anos de 1500 e 1800, foi o período da ampliação entre “campo de experiência” e “horizonte de expectativa”, o signo seria a revolução, e a marca a aceleração temporal, o tempo nesta concepção seria teleológico. Já o tempo do estado absolutista promoveria a ampliação do espaço de experiência, enquanto o tempo contemporâneo, pós-moderno seria caracterizado pela desnaturalização do tempo e pela relativização, para Koselleck o conceito de pós modernidade tem relação com a sociedade acelerada.

O conceito de tempo, tão caro ao pesquisador do campo da história, permite o diálogo entre momentos distintos no intuito de compreender como vão se constituindo as especificidades da relação entre seres humanos e espaço. A narrativa acerca da constituição territorial do estado de Mato Grosso do Sul, especialmente o território no extremo Norte daquele estado, permite que o historiador recorra a tempos bastante diversos do escolhido como recorte temporal da pesquisa, na intenção de dialogar com os mecanismos de constituição da realidade.

A concepção de uma história *magistra vitae*, não é o que buscam os historiadores contemporâneos, Koselleck dedicou-se a explicação do conceito apontando que Cícero, ao se referir a modelos helenísticos teria cunhado o emprego da expressão, que sendo assim, pertenceria ao campo da erudição, uma das tarefas desse modelo de escrita de história como mestre da vida seria “[...] testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador.” (KOSELLECK, 2006, p. 43). O autor recorre à explicação desse topo, desta concepção histórica que teria predominado até a historiografia do século XIX, para enfim defender a diversidade de tempos históricos que se relacionam, argumentando que o passado se apresenta como o campo de experiência, enquanto o futuro seria o universo de expectativa humana, nesta

relação entre passado e futuro é que a história se constitui, nela impera uma diversidade de tempos históricos,

Se a velha história [Historie] foi arrancada de sua cátedra, e, certamente, não apenas pelos iluministas, a quem tanto aprazia servir-se de seus ensinamentos, isso aconteceu na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado e futuro. Foi finalmente “a história em si” [die Geschichte selbst] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [Geschichte] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo. (KOSELLECK, 2006, p. 47).

Ao recorrermos às reflexões de Koselleck, sobre o tempo histórico, nosso objetivo é pensar essa dinâmica de tempos múltiplos que convergem em certos momentos. No tocante a ocupação territorial do Extremo Norte de Mato Grosso do Sul, essa relação temporal apresenta-se como válida para a análise do recorte temporal pensado para o estudo da região, o período que compreende os anos de 1970 e 2005, são atravessados por problemáticas inerentes ao campo da experiência histórica, o passado apresenta-se recorrente seja no modelo de propriedade constituída neste campo da experiência, seja nas relações de trabalho que apresentam resquícios de outros momentos históricos.

A perspectiva temporal trabalhada pelos Annales entende o tempo histórico como estrutural, o tempo social nesta perspectiva, não é astronômico mesmo que se refira ao movimento dos astros, ele é cultural e tende à simultaneidade, sendo assim, o presente se liga ao passado e o passado ao presente de tal forma que o passado se torna presente e o presente se imuniza de tornar passado, a longa duração seria a tradução para a linguagem temporal dos historiadores.

Esta reflexão que empreendemos acerca das perspectivas temporais e da constituição de um terceiro tempo a partir do olhar de teórico que dedicaram muito trabalho ao tema, ajudam-nos a compreender o ser humano neste tempo enquanto ser histórico, considerando que a história é mudança, o que permanece da experiência temporal é a compreensão da experiência vivida pelos seres humanos, para Reis a missão seria apreender o mundo dos homens através do estudo das suas experiências do passado. Os diálogos trazidos devem contribuir com as reflexões que nos propomos fazer acerca da

ocupação recente de Mato Grosso do Sul em especial o extremo norte daquele estado.

Reflexões referentes a constituição da propriedade territorial no Brasil contribuem para pensarmos os quadros de degradação dos seres humanos que existem e cada vez mais subexistem em uma sociedade marcada por acesso diferenciado a propriedade da terra. No quadro geral de migrações que se apresentam no território brasileiro, percebemos a possibilidade de analisar dois momentos, o primeiro pós - 1970, quando por incentivos governamentais se firmou a grande propriedade por meio de créditos subsidiados. Naquele momento eram migrantes da região sul do país que acessavam terras com facilidade, constituindo a grande propriedade, que mais tarde originaria as empresas rurais, nos últimos anos, designadas de agronegócio.

Num segundo momento, contratou-se mão de obra barata para o trabalho nessas grandes propriedades, peões para o trabalho nas fazendas e cortadores de cana para o trabalho nas usinas. No livro *“Do sonho da terra à terra do sonho: memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970”*, Joanoni Neto assim se refere a movimentos migratórios análogos:

O Brasil é do ponto de vista do estudo das migrações, um imenso organismo vivo, com deslocamentos frequentes e multidirecionados. Há um fluxo que denominaremos alternativo, e outro dirigido. Nenhum deles pode ser visto como espontâneo; a diferença entre ambos é que o primeiro é motivado pela pressão na origem, enquanto o segundo soma a essa, uma orientação quanto ao destino. Ambos resultam das ações do Estado para driblar as pressões sociais e econômicas, que em dado momento se estabelecem em determinadas regiões, rurais ou urbanas, impelindo as pessoas a saírem em busca de alternativas econômicas, ora procurando colocação profissional, ora fugindo da proletarização, que para o pequeno camponês é sinônimo de miséria nas periferias das cidades (...) (2006, p.196).

Compreender a dinâmica de reocupação, ou seja, do processo pós-1970 que marcou a concentração de pessoas na região, bem como as relações de trabalho e de degradação de trabalhadores, passou pela compreensão de conceitos historiográficos fundamentais para o trabalho de representação do espaço estudado.

Said (1990) na obra *“Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente”*, apontou que “a análise do texto orientalista, enfatiza a evidência, que de modo algum é invisível, de tais representações como representações, e

não como descrições naturais do Oriente” (1990, p. 32). Neste aspecto cabe salientar que, o trabalho do historiador não seria fabricar, produzir um objeto, mas um trabalho da representação por meio da prática da observação, mediada pelo amadurecimento teórico e aliado às práticas dos atores sociais que ocupam um determinado espaço, tendo em conta suas vivências, experiências e memórias, juntamente com certas condições materiais que permitiram se organizarem de determinadas formas. As trajetórias revividas pelas memórias que trazem à tona e que são ferramentas fundamentais para o trabalho do historiador são experiências de todos aqueles homens e mulheres e não grupos minoritários, que participaram da construção dos espaços.

Essa busca pela experiência dos sujeitos que constroem, cotidianamente, histórias, que se cruzam, interpenetram e moldam as sociedades, são buscadas pelo historiador, cujo papel de acordo com Said (1990, p. 33), orienta-se pela representação do passado dessas sociedades, por meio do trabalho de pesquisa, desta forma, “(...) Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma re-presença, ou uma representação” (SAID, 1990, p. 33). Neste sentido, as produções no campo da historiografia, são representações de quem escreve, a partir do universo daquele que escreve. Essas são questões que se mantiveram muito presentes nas análises que culminaram na elaboração deste estudo.

A preocupação em entender a formação territorial, bem como as questões de acesso a terra e riqueza no país, transparecem nossa preocupação em compreender a história como experiência, e as relações de trabalho, como resultados de deslocamentos, reflexões que não cabem em cadeias interpretativas constituindo-se em experiência de gente, incluída ou não no processo produtivo, retirantes que podem ser vistos a partir do olhar de João Cabral de Melo Neto:

O meu nome é Severino,/mas não tenho outro de pia./Como há muitos Severinos,/que é santo de romaria,/deram então de me chamar/Severino de Maria (...)/Somos muitos Severinos/iguais em tudo na vida:/(...)E se somos Severinos/(...)morremos de morte igual,/mesma morte Severina:/que é a morte de que se morre/de velhice antes dos trinta,/de emboscada antes dos vinte,/de fome um pouco por dia/(...)Mas, para que me conheçam/melhor Vossas Senhorias/e melhor possam seguir/a história de minha vida,/passo a

ser o Severino/que em vossa presença emigra (MELO NETO, 1982, p. 70-72).

Este é um estudo do espaço ao mesmo tempo do lugar daquele que fica e do não-lugar daquele que parte a cada ciclo de trabalho encerrado. A intensificação dos deslocamentos humanos ocorrida no Brasil pós-1970, ocorreu na perspectiva da cultura do capital e motivou a ocupação das áreas tidas como de fronteiras, nas quais as políticas de incentivo governamental estimularam a expansão do capital no estado de Mato Grosso.

Os meandros da relação de poder no Brasil são constituintes do acesso diferenciado a riqueza e propriedade. No Brasil foi institucionalizada uma política de ocupação de “terras livres”, ou dos “espaços vazios” alardeados como sendo territórios à espera da ocupação do capital. Essa ideia virou “política de governo” com o programa “Marcha para o Oeste”, criada ainda no Governo Vargas, aplicada após o Golpe de 1964, e fortalecida com as políticas de ocupação pós-1970, as continuadoras desses projetos geopolíticos.

No âmbito dessas políticas de “ocupação dos espaços vazios”, alguns grupos eram “eleitos” para, tornarem-se proprietários de terras,

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões -, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, com pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 75).

No quadro das ocupações dirigidas pelo estado brasileiro, os atores sociais que compuseram este cenário, reforçam identidades para além deste espaço que ocupam sazonalmente, a presença do lugar de origem tem sido uma constante na vida dessas pessoas,

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (BAUMAN, 2005, p. 17).

No mundo contemporâneo ocorre um fenômeno que contribui para essa questão da referida crise de identidade, e que se traduz em uma possibilidade de vir a ser descartado do cenário,

(...) não tornar um hábito coisa alguma que se pratique no momento, não estar preso pelo legado do próprio passado, usar a identidade atual como se usa uma camisa que pode ser prontamente trocada quando em desuso ou fora de moda, rejeitar as lições do passado e abandonar antigas habilidades sem inibição nem remorso (...). (BAUMAN, 2005, p. 144).

A problemática da identidade e sua fragmentação na nova constituição dos espaços tem relação com a problemática dos territórios, “(...) a desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases” (HAESBAERT, 2005, p. 21).

Na prática, o que existe é um processo contínuo de busca humana por novos territórios. O processo de migração de trabalhadores para as áreas brasileiras de ocupação recente aponta para essa busca de um território que o abrigue, que lhe dê condições de sobrevivência, mesmo que de forma temporária. Figueira (2004, p. 31), chama essas pessoas de “deslocadas”, às vezes “atopos”. Os motivos que levam os trabalhadores a saírem de seus estados de origem, sobretudo de Pernambuco e Piauí em direção ao Mato Grosso, tem relação com os motivos que levam os trabalhadores apontados por Figueira a realizarem trajetos migratórios análogos, “a pessoa sendo atraída por algum motivo, empreende pela primeira vez uma viagem para além da fronteira do município onde nasceu ou empreende várias viagens.” (FIGUEIRA, 2004, p. 113).

Seriam os desterritorializados apontados por Bauman, que ao falar acerca de sua trajetória, nos remete aos deslocamentos que são característicos da contemporaneidade.

(...) uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “habitat natural”, não haveria um espaço a que pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – “deslocado”. (BAUMAN, 2005, p. 18).

São essas questões que nos permitem pensar acerca da desterritorialização a qual os trabalhadores que migraram para as novas áreas de ocupação foram sujeitos. O termo desterritorialização só passou a ser estudado e apontado nas pesquisas em período mais recente, entretanto os argumentos utilizados em torno dessa questão não são inéditos como aponta Haesbaert, ao afirmar que: “(...) muitas posições de Marx em ‘O Capital’ e no ‘Manifesto Comunista’ revelavam claramente uma preocupação com a ‘desterritorialização’ capitalista, (...)” (2005, p. 21).

Neste debate em torno da questão da desterritorialização, o autor alerta para o fato de que para entendê-lo, faz-se necessário entender primeiramente o que se concebe como território, considerando que “(...) a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território.” (HAESBAERT, 2005, p. 35).

Os deslocamentos humanos, decorrentes do que Haesbaert conceituou como desterritorialização, levou os trabalhadores que desenvolvem atividades no corte de cana de açúcar na região a conviverem com uma realidade de privação, abrigados em dormitórios temporários, alojamentos, habitações em geral com infraestrutura deficiente, criados especificamente para abrigar os trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade. Neste espaços, o trabalhador, desterritorializado de seu lugar de origem, sofre os efeitos advindos de uma fragmentação da sua identidade e, em alguns casos até mesmo a perda desta. Há momentos em que chegam à condição de “lixos humanos”, termo utilizado por Bauman no livro “Vidas Desperdiçadas” (2005), habitando a tênue fronteira que os separa da condição de seres humanos, estes trabalhadores, vivendo em barracões, habitam espaços de uma vida em suspense, à espera sempre do momento de retorno para os locais de origem onde, em geral, o que aguarda a maioria desses trabalhadores acaba se transformando em situação de marginalização social e pobreza.

Neste cenário, destaca-se o fato de que a geração que nasceu nos anos de 1970, encontra-se sofrendo os efeitos da formação do mundo contemporâneo, especialmente dos anos de 1990, momento em que as pessoas deixam de ser desempregadas e se tornam “redundantes”, ou seja, passam a não ter mais espaço, e conforme as palavras de Bauman (2005)

tornam-se “refugo”, “lixo”. A trajetória dos referidos trabalhadores tem características marcantes, visto que o limite entre exclusão e inclusão pode ser muito tênue.

Quando o trabalhador vê na precária condição de vida que leva, uma responsabilidade apenas sua, podemos dizer que este, além de ser vítima do que Bourdieu chamou de “violência simbólica”, é vitimizado por uma exploração que não pode ser vista apenas como implícita, mas escancarada na qual sua sobrevivência depende de uma carga de trabalho que em alguns casos leva a extinção de sua existência.

Acerca da atribuição que o trabalhador dá a si mesmo, consideramos a existência de um poder que é exercido e que se dá em forma de controle ou:

(...) de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais litespecífica, tratar do controle sobre os discursos de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: (...) (DJIK, 2008, p. 17-18).

Os destinos desses trabalhadores, expropriados, desterritorializados, buscando manter uma identidade com seu lugar de origem, mas sem conseguir criar uma identidade com os novos espaços, passam a ter uma existência caracterizada pela sazonalidade, em que a família e tudo o lhes tem valor, não passa de algo distante ao longo de suas vidas, muitas vezes tendo a existência reduzida, por conta da exigência que as atividades desenvolvidas requerem de seus corpos, submetidos a obrigações de produção que beiram o limite do não humano.

Os destinos desses trabalhadores foram traçados, de certa forma quando historicamente, sobretudo no período posterior ao “Milagre Econômico”, houve a opção por parte do Estado brasileiro em particularizar o acesso a terra. Naquele contexto de modernização das atividades agrícolas, houve a opção pelas grandes propriedades que resultaram nas atuais empresas rurais altamente lucrativas nas quais a terra em si não possui valor, constituindo-se apenas em instrumento de reserva e produto para especulação com garantia de financiamentos e de empréstimos bancários.

Nesses discursos os termos desenvolvimento e progresso parecem referir-se a um mesmo processo, entretanto, cabe salientar que, do ponto de vista histórico os dois conceitos ocupam temporalidades diferenciadas. Para Fonseca (2004), a palavra desenvolvimento substitui gradualmente o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história, e nesta concepção caberia ao governo estar à frente da marcha do desenvolvimento, ou da construção de uma nação desenvolvida. Não foi ao acaso que o nome do projeto lançado por Vargas recebia o nome de “Marcha para o Oeste”.

Em 1978, as publicações de jornais de circulação do norte do atual Mato Grosso do Sul, apontam para a permanência do ideal de progresso:

O governador Garcia Neto, recebeu domingo último o título de cidadão honorário de Pedro Gomes, o que significa segundo Moisés Jajah Nogueira, assessor da Câmara e orador oficial da solenidade, “o reconhecimento pelo que o Estado vem realizando, com um esforço concentrado em fazer chegar ao Interior os benefícios do progresso” (JORNAL DOS MUNICÍPIOS MATOGROSSENSES, 1978, N. 43, p.5).

Este modelo de sociedade que tinha em sua constituição a marca do discurso de progresso exhibe fissuras,

(...) percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento (DUPAS, 2006, p. 11).

Pensar os processos de expansão agrícola, tendo em mente a produção dos discursos produzidos no momento da ocupação recente, permite-nos perceber que os projetos de modernização que foram criados e veiculados na mídia como sendo o caminho para a melhoria conseguida por meio dos investimentos em desenvolvimento, não passavam de falácias, exemplo disso pode ser notado na existência de pessoas que vivem em precárias condições de habitação durante a maior parte de suas vidas, em que a realidade do trabalho nas atividades agrícolas, mostra que o progresso e seu decorrente, o desenvolvimento, ainda não lhes atingiu.

O filme “Uma Cidade sem Passado”, dirigido por Michael Verhoeven e lançado em 1990, conta a história de uma pesquisadora alemã que, ao buscar o passado da cidade de Pflizing, descobre que as informações são ocultadas de forma a impedir o acesso um passado que é preferível que fique no silêncio.

Esses silêncios e não ditos também foram percebidos no estudo do passado de algumas cidades surgidas no contexto da expansão agrícola. Em estudo que trata da cidade de Primavera do Leste, o autor faz considerações acerca da importância de buscar esses silêncios que normalmente são ocultados por discursos que por sua vez criam outra realidade,

Não há cidade sem passado!

Esta afirmação, à primeira vista, descomprometida com qualquer interesse maior, têm razão de ser na medida que cidades, ou melhor, mulheres e homens destas cidades, negam, retiram de cena ou escamoteiam o passado para a construção de uma “história sem tempo pretérito”, presa ao presente e representante de elites dominantes. Uma “história” que justifica e legitima uma “ordem” de “progresso”, “desenvolvimento econômico”, “empreendimento” e “trabalho”, em especial do que foi e ainda é definido por fronteira (GOETTERT, 2003, p. 21).

Partindo desse pressuposto, buscamos mostrar que os discursos e as representações participam da construção ideológica de cidades de fronteira recente. Nestes, o que impera é o ideal de que esses espaços são resultantes de uma construção dinâmica que teve início com a expansão da fronteira agrícola, relegando-se dos relatos oficiais, grupos indígenas, além de outros grupos sociais que ocuparam os espaços em períodos mais remotos. Isso nos remete ao estudo de Bauzá, no qual destaca a presença do “mito do herói” em momentos distintos da história,

No existe, en consecuencia, una explicación omniabarcante que nos aclare la naturaleza y el origen de los héroes. Con todo corresponde destacar que en El héroe se percibe siempre un sentido de mediación entre lo divino y lo humano, entre el orden y el desorden, entre lo civilizado y lo salvaje. Esa mediación se vê incluso en la naturaleza ambivalente de los héroes [...] y este dualismo se pone de manifiesto em el hecho de que en el héroe, junto a aspectos sublimes se encuentran otros brutales y destructivos. (BAUZÁ, 1998, p.37)

As distinções apontadas por Bauzá entre “ordem” e “desordem”, entre “civilizado” e “selvagem”, estão presentes no ideal do colonizador, aquele que chega numa terra de “espaços vazios” onde impõem saber, cultura e mudança,

neste sentido, torna-se possível perceber a visão de heroísmo nos feitos de um dos segmentos sociais que passam a compor o novo cenário de ocupação, entretanto, não foi ao acaso, ou por iniciativas heróicas de pessoas isoladas que ocorreu a ocupação dos novos espaços. Este processo só foi possível no período posterior ao ano de 1970 porque parte de um movimento maior de expansão do capital ocorreu na região devido aos incentivos e a fundamental participação do Estado.

Interpretar o passado destas regiões, a partir de outro ponto de vista não é desconsiderar a presença de um grupo de pessoas na História, mas entender a ocupação de forma contextualizada e decorrentes das mudanças que se processavam através de novas políticas de ocupação do território nacional bem como os interesses daí decorrentes, os discursos que atribuem heroísmo a grupos determinados, mostra que a História é datada e seu início tem relação com a chegada destas figuras. O período pós-1970 desta forma a partir dos discursos criados, representou o rompimento de um longo período de estagnação, atrofia e atraso que deu lugar ao progresso e à modernização de amplas regiões do Brasil. Esse ano também é emblemático: no auge da repressão da ditadura militar,

Em 1970, vivia-se sob a ditadura militar pós-Ato Institucional nº 5 sob a repressão ou o terror do Estado e sob a ideologia do 'Brasil Grande', isto é, da chamada 'integração nacional', com rodovias nacionais e cidades monumentais, uma vez mais destinadas a atrair o grande capital internacional (CHAUÍ, 2000, p. 31-32).

Os protagonistas da ação que, de acordo com os discursos produzidos no período seriam os responsáveis por levar o progresso para as novas regiões do país são apontados no estudo de Goettert,

Sulistas e paulistas aparecem como os grandes personagens para o “desbravamento” e “progresso” do lugar. A partir dos termos “às custas dos agricultores”, percebe-se que as condicionantes conjunturais desaparecem, assim como as políticas de ocupação e colonização promovidas pelo Estado e, fundamentalmente, o com incentivos fiscais e a política de crédito rural com juros subsidiados. É sempre importante lembrar que nem todos os sulistas e paulistas foram beneficiados com tais incentivos e políticas, principalmente porque parte expressiva dos migrantes dirigiram-se primordialmente para as atividades urbanas e rurais como trabalhadores, e não como empresários (2003, p. 34).

Há uma marca de modernidade que é imposta a esse movimento de ocupação recente, e os discursos que permeiam o movimento que conduz pessoas a esses novos lugares parecem estar em sintonia com esse ideal que se traduzia, portanto, numa necessidade de modernizar os novos espaços, criando uma dicotomia entre “atrasado” e “moderno”, discutida por Le Goff no livro “História e Memória”.

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: ‘antigo’ pode ser substituído por ‘tradicional’ e moderno, por ‘recente’ ou ‘novo’ e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatória, pejorativas ou neutras (...) (LE GOFF, 1996, p. 167).

O ideal de modernidade é contemporâneo, uma vez que a ideia de progresso ainda é uma marca importante da atualidade, momento caracterizado pelo movimento, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, como na famosa frase histórica que ganha novos atributos no estudo de Berman. Ao analisar o Fausto de Goethe, Berman nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, fruto do intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica e reconstrói sobre novas bases, ao mesmo tempo em que aflige o ser humano, pode se percebido como o fruto da criação humana.

O mundo contemporâneo tributário dos ideais de modernidade encontra-se marcado pela presença do movimento. Vivemos em constante sensação de aceleração, na qual:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 15).

Há uma intrínseca relação entre o movimento de ocupação dos novos espaços e os discursos que primam por determinados conceitos, dentre eles o

de modernidade que aliado ao de progresso são a marca dos discursos hegemônicos que sustentam que a nova configuração dos espaços cumpria a finalidade de levar estes espaços a protagonizarem uma nova fase marcada pela presença do progresso, recorreremos as reflexões de Koselleck (2006), quando aponta que “os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história” (KOSELLECK, 2006, p. 268)

Assim como as sociedades possuem suas historicidades, os conceitos que ajudam a pensar certas temáticas para a compreensão da atuação humana ao longo do tempo também o possuem,

(...) o conceito de “modernidade” só veio a impor-se depois de decorridos cerca de quatro séculos do período que ele englobava. Lexicalmente só se implantou no último quartel do século XIX. Essa constatação surpreendente não deve provocar nossa admiração se constataremos a naturalidade com que o conceito é usado hoje nos estudos histórico-linguísticos que tratam do século XVI. Um período qualquer só pode ser reduzido a um denominador diacrônico comum, a um conceito que enfeixe estruturas comuns, depois de decorrido certo tempo.

Mas com o conceito de modernidade existe ainda uma circunstância especial. Pois não existe evidência linguística para que a expressão “época moderna” [*neue Zeit*], ou mesmo “tempo moderno [*Neuzeit*], deva designar um período de tempo fixo, a não ser que seja lido à luz do que se chamou o fim da modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 269).

A partir deste ponto de vista, pode-se apreender que a utilização dos conceitos envolve interesses de quem tem o poder de hegemonizarⁱⁱ os discursos, portanto o ideal do novo não raras vezes está associado ao conceito de moderno. Para Koselleck (1992, p. 136) todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, esses mesmos conceitos acabaram imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.

No tocante à temática deste texto, é necessário ressaltar que os ideais de modernidade alcançaram o campo brasileiro, produzindo um discurso que fosse capaz de expressar uma demanda pela modernização e que fosse, ao mesmo tempo o legitimador desse ideal,

Essa retórica estaria centrada na construção de uma identidade básica de conjunto que amalgamasse os interesses entre proprietários de terra e empresários rurais, sendo ela construída em torno de alguns pontos tidos como essenciais para a manutenção de

seu poder e dominação dentre eles: a) a elaboração de um novo discurso que os afinasse “modernidade”; b) a definição de novas estratégias de política agrícola favoráveis a seus interesses e, finalmente, c) a defesa de maior capacidade de organização e ampliação da representação que lhes propiciasse maior poder de barganha junto à sociedade política. (MENDONÇA, 2010, p. 54)

Pensamos que o estudo acerca da ocupação da região central do Brasil no período posterior a 1970, permite um diálogo entre uma diversidade de autores, cujo intuito foi pensar na existência de relações de poder que permitiu acesso diferenciado a terra e riqueza no país, consideramos que pensar acerca das camadas de experiências de tempo propostas por Koselleck, ou dos quadros de ocupação recente passam pelo procedimento de suspensão das evidências dos objetos pré-construídos e de como eles passam a ser construídos em grades de inteligibilidade a partir das narrativas do historiador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar do tempo da fronteira requer por parte de quem o faz a consciência acerca da complexidade de sua interpretação e da vasta produção muitas vezes divergentes que tratam de compreendê-la. Se é o lugar de realização dos sonhos, da busca por um mundo sempre inalcançável que obriga o migrante a mover-se sempre em busca de novos lugares em que os sonhos quase nunca são realizados. É inegável que a bibliografia que a entende como o lugar de “degradação do outro nos confins do humano” também apresenta posicionamentos inegáveis.

Concluir que as interpretações são inúmeras, não se traduz em eleger nenhuma como a única possível, esta foi a proposta deste artigo acerca , procurou-se trazer para o diálogo uma diversidade possível de autores que tratam do tema, buscando inclusive apontar que em alguns momentos interpretações distintas ajudam a compreender historicidades distintas nas mesmas espacialidades.

As cidades que surgiram como resultado de um novo movimento de expansão da fronteira no pós 1970, apontam para um ideal de substituição total do antigo pelo novo, no qual a assimilação dos elementos culturais do “outro” não é considerada necessária, o outro é esquecido após ser submetido. O discurso do desenvolvimento e do progresso levou a constituição de um

modelo de ocupação que tem a marca da novidade, tributária do ideal de modernidade, questão que permanece em aberto para outras reflexões.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomas. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DELEUZE, Giles. **Conversações, 1972 – 1990**. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso: ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Ed da UNESP, 2006.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. Dissertação de mestrado. Campinas, 1986 (mimeo).

GOETTERT, Jones Dari. Primavera do Leste-MT: uma cidade sem passado. **Revista Coletâneas do Nosso Tempo do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso** (Campus de Rondonópolis). Ano VI, n. 6, 2003.

JOANONI NETO, Vitale. Do sonho da terra à terra do sonho, memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970. **Territórios e Fronteiras**, v. 7, p. 193-208, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão (ET. Al.) 5. Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.

NETO, João Cabral de Melo. **Morte e Vida Severina**: e outros poemas em voz alta. 16. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

NOTAS

ⁱ Discente do Doutorado em História, Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, pesquisadora no Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFMT, desenvolvendo pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto. Professora na UFMT – Rondonópolis - Departamento de História. E-mail: beatriz-feitosa@uol.com.br.

ⁱⁱ De acordo com Dupas (2006, p. 16) o conceito de hegemonia pode ser entendido a partir das idéias de Antonio Gramsci e Giovanni Arregghi, segundo as quais hegemonia seria a liderança associada à capacidade de um Estado (elite ou grupo) de se apresentar como portador de um interesse geral, e assim ser percebido pelos outros.